

Política
LEGISLAÇÃO

ELEIÇÕES: MAIS UM OBSTÁCULO.

A Carta vigente diz que o mandato dos atuais prefeitos e vereadores acaba em dezembro de 88. Mas marca eleições só em 1990. Por isso, este ano, elas seriam inconstitucionais.

A Constituição vigente não fixa, não dispõe nem disciplina a realização de eleições municipais a 15 de novembro deste ano. Por isso o projeto de lei ordinária em tramitação no Congresso, regulamentando o pleito municipal em 1988, é inconstitucional — garante vice-líderes do governo.

A única maneira de solucionar o problema seria por intermédio de dispositivos da futura Constituição, assim mesmo se for promulgada a tempo de permitir ao Tribunal Superior Eleitoral adotar as necessárias providências em todo o País.

O artigo 215 da atual Constituição diz que prefeitos e vereadores eleitos em novembro de 1982 concluirão seus mandatos em 31 de dezembro de 1988. Mas o artigo 211 da mesma Carta estabelece que as eleições de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores serão realizadas a 15 de novembro de 1980.

Se a nova Constituição não definir a questão a tempo, prevalecerá o texto da Carta vigente, prevendo eleições simultâneas de prefeitos e vereadores e deputados somente a 15 de novembro de 90.

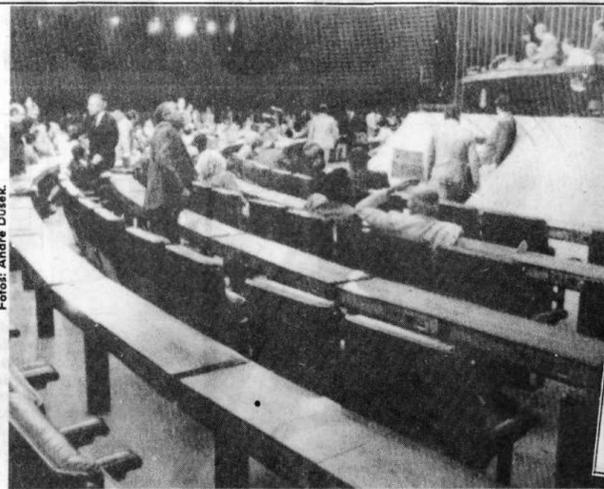
Como a Constituição atual fixa o término dos atuais mandatos municipais em 31 de dezembro de 88, haveria um hiato administrativo e legislativo de 1º de janeiro de 89 a 1º de janeiro de 91.

Os vice-líderes do governo querem que o TSE dê solução ao impasse, certos de que somente um dispositivo constitucional poderá modificar outro dispositivo constitucional.

Apesar disso, os líderes partidários se preparavam ontem para resolver hoje as duas principais questões do projeto regulamentando as eleições municipais deste ano, que deve ser novamente votado na Câmara amanhã, já que foi modificado pelo Senado. São elas a restauração da eleição em segundo turno em municípios com mais de 200 mil eleitores e da proibição aos candidatos que são profissionais de rádio e tevê de apresentarem seus programas no período pré-eleitoral.

Os líderes discutirão as mudanças feitas pelo Senado e de que, para garantir as eleições este ano, poderão até mesmo abrir mão de novas alterações, aprovando a matéria como está. "Nos engoliremos todos os sapos para não prejudicar as eleições municipais", disse em nome da liderança do PT o deputado Paulo Delgado (MG). "O que é mais importante: a eleição ou os dois turnos?", questionou-se o líder do PCB, deputado Roberto Freire. Já o líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro (RS), assegurou que as eleições deste ano serão decididas amanhã, no voto de plenário, através de acordo de lideranças.

As pressões dos prorrogacionistas, porém, já começaram. Ontem, por exemplo, a Associação Brasileira de Municípios da Região Sul começou a encaminhar a ministros de Estado documento pedindo o engajamento do governo federal para aprovação da emenda Aureo Mello, à nova Carta, que prorroga de novembro de 88 para novembro de 89 as eleições municipais.



Plenário: outro dia sem quórum.



O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem a visita de 50 alunos de escolas públicas de Brasília (foto). Ele disse que se fosse Papai Noel acabaria com a pobreza do mundo. E a uma criança que perguntou como se pode aumentar o salário dos militares, Ulysses respondeu que todos deveriam receber salários melhores.

Lula, conformedo com Erundina.

"Agora não tem choradeira. Temos que acatar e trabalhar na campanha." Essa foi a reação, resignada, do líder e deputado do PT, Luis Inácio Lula da Silva, ao comentar ontem a vitória da deputada estadual Luísa Erundina nas prévias do partido para escolha do candidato à prefeitura de São Paulo. Segundo Lula, que preferia o também deputado constituinte Plínio de Arruda Sampaio, "Erundina tem raça, apelo popular e força no partido" e por isso o PT tem grandes chances de vitória em novembro.

Quem gostou da vitória de Erundina foi o deputado constituinte pelo PT, José Genoíno Neto. "Não foi a vitória da esquerda, mas sim do partido como um todo, pois representa o sentimento das bases", disse Genoíno. Para ele, vai ser "uma parada dura" a concorrência com o empresário Sílvio Santos: "Ele é hoje a expressão e articulação da ultradireita conservadora e teremos que jogar pesado para derrotá-lo e eleger Erundina".

VAI MUDAR TUDO?

Isso poderá ocorrer se no segundo turno forem admitidos os destaques de votação em separado

Ainda não se sabe quando terminará a votação em primeiro turno do projeto de Constituição, mas já se levantou uma questão considerada da maior importância para a votação em segundo turno: serão ou não admitidos, nessa fase, os destaques para votação em separado, os chamados DVS?

Essa decisão pode mudar muito o conteúdo da futura Constituição. O DVS é o destaque suscitado por no mínimo 187 constituintes (um terço da Assembleia Nacional). A palavra, trecho ou artigo sobre o qual incide, tem de ser votado em separado e, para ser mantido, precisa de no mínimo 280 votos favoráveis.

Se o DVS for admitido no segundo turno, qualquer grupo que reúna no mínimo 187 deputados poderá, quase com êxito garantido, retirar o que quiser do texto já aprovado. Os que quiserem manter as partes destacadas é que terão de garantir os 280 votos. Se o DVS não for aceito, a situação se inverte: quem quiser retirar qualquer coisa do que já foi aprovado é que terá de ter 280 votos.

O regimento interno, alterado por iniciativa do Centrão, não é claro a esse respeito. É muito clara em relação à votação (que está terminando) em primeiro turno. Quanto ao segundo turno, só diz que cada constituinte poderá apresentar quatro emendas supressivas, além de outras destina-

das a sanar omissões, erros ou contradições, ou para correção de linguagem. Não diz se cabe ou não apresentação de DVS, que também é de caráter supressivo. Destaca-se alguma expressão ou dispositivo com o objetivo de exclusão do texto.

A Mesa ainda não tem posição firmada a esse respeito ou ao menos não a anunciou. Mas a questão preocupa as lideranças políticas. O líder Mário Covas entende não haver lugar para DVS no segundo turno. "Essa é a lógica" — disse ele. "Tudo que está aprovado já obteve um mínimo de 280 votos. Não faz sentido que uma parte destacada, para ser mantida, tenha de ter outra vez 280 votos. Quem quiser retirá-la é

que precisa reunir esse número mínimo."

Há, entretanto, outra "lógica". É que o segundo turno é outra votação. Toda a matéria aprovada em primeiro turno será submetida a nova decisão, abrindo-se mais uma oportunidade para a correção do texto. Sendo nova votação, toda a matéria, para ser aprovada, terá de ter o mínimo de 280 votos — e qualquer trecho dela destacado para votação em separado também.

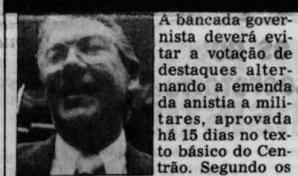
Mário Covas observa que, nesse caso, poderiam ser apresentados DVS para cada título ou capítulo inteiro e, ao final, se chegar à absurda situação de se derrubar tudo que foi feito.



Sílvio Santos: o TRE vai às últimas consequências.

O procurador do TRE, Antonio Carlos Mendes, requereu ontem ao Dentel a apreensão das fitas que foram ao ar pelo SBT neste final de semana. O objetivo do procurador é verificar se o apresentador e empresário Sílvio Santos feriu a legislação eleitoral ao fazer a defesa de sua candidatura pelo PFL à prefeitura de São Paulo, durante seu programa de auditório. O procurador explicou que pretende levar o caso "até uma ação penal, sob a acusação de crime eleitoral", contra Sílvio e o PFL. Enquanto Sílvio Santos descansa nos Estados Unidos, a cúpula do PFL articula intensamente para acabar com a possibilidade de sua candidatura. E o governador Orestes Quércia desmente que esteja "querendo prejudicar qualquer candidatura", inclusive a de Sílvio, por quem tem "simpatia".

Anistia: o governo na luta para evitar ampliação.



A bancada governista deverá evitar a votação de destaques alterando a emenda da anistia a militares, aprovada há 15 dias no texto básico do Centrão. Segundo os líderes governistas, que ontem examinaram a questão com o presidente da República, quem quiser mudar a emenda é que tem a responsabilidade de conseguir 280 votos favoráveis. Caso contrário, permanecerá a emenda do Centrão.

Os líderes do governo e do PFL na Constituinte informaram ao presidente Sarney que o líder do PMDB, senador Mário Covas (foto), e seus aliados das esquerdas do partido, do PDT, do PCB do PC do B, do PT e do PSB não conseguirão 280 votos para

ampliar a anistia aos militares. Mesmo assim os senadores Saldanha Derzi e Marcondes Gadelha e os deputados José Lourenço e Carlos Sant'Anna reconheceram que o presidente da República "continua preocupado com o problema".

Para ampliar a anistia já aprovada no texto básico do Centrão, ressaltados os destaques, serão necessários 280 votos pelo menos a favor de cada mudança. Os líderes do governo e do PFL também são contra a emenda do deputado alagoano José Costa, que permite aos anistiados recorrer ao Judiciário no caso de sentirem prejudicados. Sarney destacou a correção e a fidelidade das Forças Armadas ao governo e à transição democrática. "O limite máximo aceitável é a emenda do Centrão" — advertiram os líderes, repetindo comentários de ministros militares.

Microempresas: um estudo detalhado do custo do perdão.

Técnicos do Ministério da Fazenda entregam hoje ao líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, um estudo detalhado sobre quanto custará aos cofres públicos o perdão da dívida dos pequenos e médios agricultores e pequenos e microempresários. Com base nestes dados, o líder do governo espera conseguir negociar com os autores das emendas que propõem a anistia fiscal, chegando a um teto máximo, em OTNs, para o pagamento de tais despesas. Os deputados Mansueto de Lavor (PMDB-PE) e Humberto Souto (PFL-MG) não estão dispostos a conversar com o governo: "Eles tiveram dois anos e meio para fazer isso e não se interessaram. Agora, cabe ao plenário da Constituinte, na sua soberania, aprovar o perdão pelo

menos da correção monetária para estas dívidas. Só aceitaremos conversar depois de aprovada a emenda".

Os números do governo se chocam com os dos parlamentares. Segundo o Ministério da Fazenda, tal despesa será da ordem de 10 bilhões de dólares, enquanto Souto e Mansueto avaliam que ela não ultrapassará a casa dos Cz\$ 180 milhões, com base em levantamentos colhidos no Banco Central, conforme informaram.

O governo está querendo negociar com os constituintes porque acredita que as emendas têm grande chance de serem aprovadas. "Há uma evidência política de que essas emendas seriam facilmente aprovadas", declarou Sant'Anna.

Uma discussão de sete horas. E só sete pontos acertados.

As negociações sobre as Disposições Transitórias foram reiniciadas ontem entre as lideranças partidárias, inclusive com a participação do PFL. Durante mais de sete horas de discussão foram avaliados apenas 20 dos 72 artigos do Centrão. Mas ficou definido que serão feitos vários blocos de artigos para os quais já há acordo, que poderão ser apreciados em conjunto pelo plenário.

Entre os pontos que as lideranças acertaram um acordo estão: os Estados têm um ano para adaptar as Constituições Estaduais e os municípios dispõem de seis meses para se ajustar à nova Carta; as emissoras de rádio e tevê divulgarão durante três minutos, duas vezes ao dia, os trabalhos das Assembleias Legislativas na adaptação de suas Constituições; os Estados e municípios não poderão dispendir mais de 65% de sua receita com pessoal; o Congresso Nacional estabelecerá uma comissão mista para fazer a auditoria da dívida externa; os ex-combatentes civis e militares terão asseguradas suas pensões.

As lideranças partidárias marcaram uma nova reunião para hoje, na tentativa de resolver outros pontos que ficaram sem acordo — entre eles, eleições municipais, anistia dos militares, eliminação da cobrança de correção monetária para agricultores, mi-ero e pequenos empresários, eleição do Distrito Federal, criação do Estado do Triângulo Mineiro, trens da alegria, sucessão nos cartórios, Zona Franca de Manaus, forma de implantação do tabelamento dos juros bancários. Se novamente não houver acordo, os temas ficarão para o plenário decidir se o texto do Centrão será alterado.

Sem Quorum

Pela sétima vez consecutiva, a sessão de ontem foi suspensa por falta de quórum: os constituintes não comparecem em número suficiente desde o último dia 2, quando foi votado o mandato do presidente Sarney. Mesmo assim, o presidente da Assembleia, Ulysses Guimarães, tem esperança de que o primeiro turno de votação possa terminar nesta sexta-feira. "Não há a menor chance", contestou ontem o senador Mário Covas. O líder do PL, Adolfo de Oliveira, acredita que ainda vão nisso uns bons dez dias — "e mesmo assim se muitos parlamentares retirarem seus pedidos de destaque".

Ulysses, porém, não desiste. Já conseguiu convencer Sarney a não viajar ao Vaticano, tempo em que teria de substituí-lo na presidência. E mais: prevê sessões até 22 horas e, se preciso, até meia-noite. Mas ele tem dúvida se conseguirá convencer a comparecer os constituintes já em campanha para prefeito.

Mulheres de Minas, contra o Triângulo.

Cardápio do almoço que reuniu anteontem 40 mulheres notáveis de Minas na casa da secretária de Cultura, Ângela Gutierrez: comida típica mineira e separação do Estado do Triângulo. Entre as notáveis, a primeira-dama do Estado, Maria Lúcia Cardoso, Risoleta Neves, Sara Kubitschek, Vivi Chaves, Berenice Magalhães Pinto, Leonor de Oliveira e as artistas Adélia Prado e Maria Lúcia Godoy. Fora o vinho branco alemão, o tinto francês e o uísque Logan 12 anos, foi uma festa tipicamente mineira. Muitas jóias (discretas e caras), e discussões serenas. Não fosse Maria Lúcia Cardoso cercada dona Sara Kubitschek, só faltando pedir para ser apresentada, seria perfeito. Depois, Maria Lúcia encheu seu prato de canjiquinha com costelinha e paio, e esperou sair o documento do encontro: contra a separação, em meio a acordos de Peixe Vivo.